



Rede São Paulo de

Formação Docente

Cursos de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP
Ensino Fundamental II e Ensino Médio

São Paulo

2011



UNESP – Universidade Estadual Paulista
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Rua Quirino de Andrade, 215
CEP 01049-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5627-0561
www.unesp.br



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Educação
Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
Gabinete da Coordenadora
Praça da República, 53
CEP 01045-903 – Centro – São Paulo – SP



**SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO**





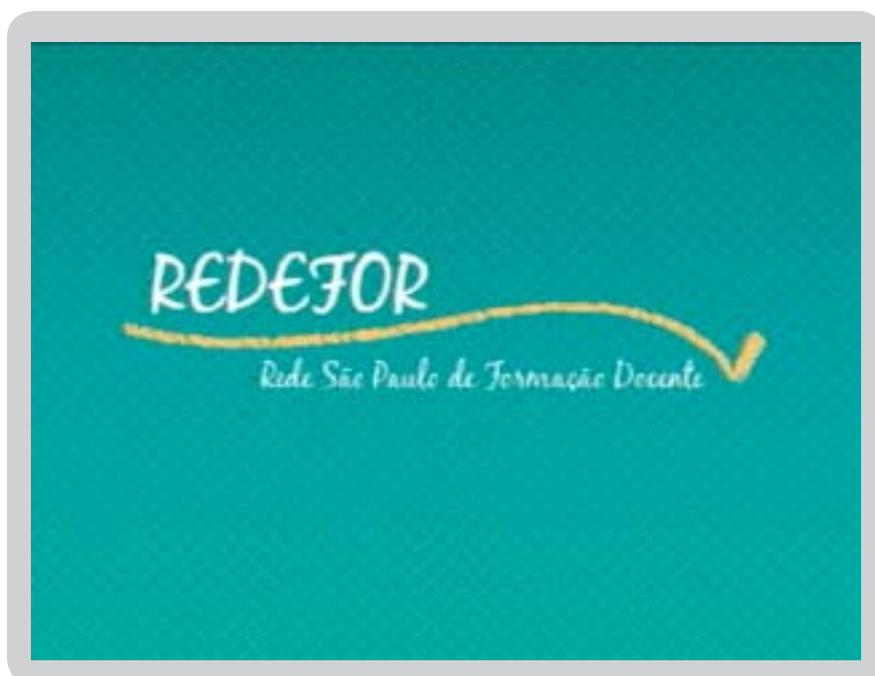
O Império e a construção da unidade

Sumário

Vídeo da Semana	2
2. O Império e a construção da unidade	2
2.1 – A ideologia do Brasil-Colônia	3
2.2 – O território no Império Luso-Americano	4
2.3 – O Império Brasileiro: escravismo e fundos territoriais.....	7



Vídeo da Semana



2. O Império e a construção da unidade

Um início de conversa

Apresentando o texto sobre as “Memórias da Balaiada”, de autoria de Gonçalves de Magalhães e publicada originalmente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Luiz Felipe de Alencastro sintetiza o problema colocado pela unidade nacional e territorial brasileira. Parodiando o texto de Magalhães, afirma que:

O balaio de cocos provinciais atado ao cetro carioca sacudiu-se por décadas, ameaçando se esborrachar nas praias do Atlântico, num ribombo parecido com o que ecoava no Pacífico quando implodiam os vice-reinos espanhóis. Entretanto, o processo histórico materializado na unidade mantida do vice-reino português desaparece nas brumas do passado, como se a questão tivesse sido solucionada de vez em 1822, ou melhor ainda, em 1808. (ALENCASTRO¹, 1989, p. 7).

1. O documento original é de 1848. Conferir bibliografia.

Como veremos, o processo histórico mencionado foi em grande parte conduzido pelo imperativo territorial, fundamento da unidade e da identidade que se pretendia construir. Articular o agregado colonial lusitano em torno de um centro de força “interiorizado” foi uma das tarefas cruciais postas aos agentes centralizadores da elite imperial. Transfigurada inúmeras vezes, essa tarefa continuaria em pauta para a elite brasileira durante séculos, até que a industrialização criasse as condições efetivas para a sua realização.

2.1 – A ideologia do Brasil-Colônia

Em muitas das obras voltadas para a divulgação da história brasileira, o “balaio de coco provinciais” é apresentado como um enigmático Brasil-Colônia, corpo político e territorial relativamente coeso, depositário do germe do futuro Estado independente. Contudo, esse corpo político e territorial jamais chegou a se constituir. A América portuguesa era fragmentada praticamente em diferentes colônias, cujos contornos territoriais flutuaram em função das estratégias de administração adotadas pela metrópole. O geógrafo André Roberto Martins considera que o emprego do termo ‘Brasil’ nesse contexto já induz a erro, pois é como se ele existisse desde sempre, “cumprindo um papel predestinado” (MARTINS, 1991).

O historiador Luiz Felipe de Alencastro, por sua vez, afirma que não existe continuidade possível entre o território colonial e a história nacional, já que a colonização portuguesa não gerou um corpo político e territorial articulado, mas estabeleceu um “arquipélago lusófono”, composto pelos diversos enclaves da América portuguesa (a zona de produção escravista) e pelas feitorias de Angola (a zona de reprodução de escravos). Este arquipélago, segundo ele, se constituiria em um “espaço aterritorial” (ALENCASTRO, 2000). Nesta perspectiva, a desagregação colonial seria um reflexo da bipolaridade social e econômica instituída pela colonização da América Lusitana, já que o “pulmão” das atividades produtivas ali instaladas eram as feitorias africanas. Os sólidos vínculos estabelecidos no eixo do Atlântico Sul formavam a outra face da fragmentação das terras luso-americanas.

De uma forma ou de outra, o longo processo de formação territorial do Brasil, que soldou o corpo político do país e manteve unido o “balaio de cocos provinciais”, foi desencadeado a partir de um momento de ruptura, não apenas das relações com a metrópole, mas também dos vínculos seculares que amarravam as possessões lusitanas dos dois lados do Atlântico. Esse



processo envolveu um ambicioso projeto político, que tinha como horizonte a construção da nação, da sociedade e do território brasileiros.

2.2 – O território no Império Luso-Americano

Em muitos sentidos, a chegada da Corte portuguesa, ocorrida em 1808, representa um ponto de inflexão importante em direção ao processo de formação do território brasileiro. Neste momento, instaura-se finalmente uma rede de subordinações, comandada por um centro de forças interiorizado, representado pelo Rio de Janeiro, nova capital de todo o Estado Português, e não apenas de seus enclaves americanos. Transformada em “metrópole interiorizada”, a Corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro assumia a função de dominar, controlar e explorar o conjunto das possessões existentes no continente.

Entretanto a unidade nacional e territorial do vice-reino do Brasil não poderia estar garantida a priori nesse momento. O território real trazia as marcas dos séculos de colonização, sob a forma de uma complexa trama de interesses regionais forjados em cada um dos enclaves, que se traduziam em conflitos contra a estratégia centralizadora da Corte.

No plano do território, o processo de centralização envolveu a abertura de caminhos interiores, necessários para iniciar o processo de integração entre as diversas capitanias. Maria de Lourdes Viana Lyra aponta o esforço realizado neste sentido:

“Empenhava-se o governo em uma prática que, por três séculos, havia sido evitada. A abertura de novas estradas ou melhoria das antigas vias de acesso ao Rio de Janeiro e a imediata providência sobre a comunicação entre o Rio de Janeiro e o Pará são exemplos de medidas objetivas na prática criadora de elos de união do todo, até então chamado genericamente Brasil”. (LYRA, 1994).

Essas iniciativas implicaram em obras relativamente custosas – tais como a construção de pontes e a abertura de caminhos terrestres margeando os pontos intransitáveis dos rios.

Se o objetivo passa a ser o da integração, até mesmo a situação geográfica da capital passa a ser frequentemente questionada. Escrevendo de Londres, no Jornal “O Correio Brasiliense”, em 1813, Hipólito José da Costa já atenta para a inadequação do Rio de Janeiro como capital



do futuro império do Brasil. Retomando as mitologias medievais acerca do paraíso terreno, ele propõe que a sede do novo império seja deslocada para o “interior central”, de onde partiriam as rotas e caminhos destinados a estruturar o território em torno de um mesmo ponto de convergência:

O Rio de Janeiro não possui nenhuma das qualidades que se requerem da cidade que se destina a ser a capital do império do Brasil; e se os cortesãos que para ali foram tivessem assaz patriotismo (...) se iriam estabelecer em um país do interior central, e imediato à cabeceira dos grandes rios, edificariam ali uma nova cidade; começariam por abrir estradas que se dirigissem a todos os portos do mar e removeriam os obstáculos naturais que têm os diferentes rios navegáveis, e assim lançariam os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império, que é possível que exista na superfície do globo no estado atual das nações que o povoam. Este ponto central se acha nas cabeceiras do famoso Rio São Francisco. Em suas vizinhanças estão as vertentes de caudalosos rios, que se dirigem ao Norte, ao Sul, ao Nordeste, ao Sudeste, vastas campinas para a criação de gados, pedras em abundância para toda a sorte de edifícios, madeira de construção para todo o necessário, e minas riquíssimas de toda a qualidade de metais; em uma palavra, uma situação que se pode comparar com a descrição que temos do paraíso terreal (LYRA, 1994, p. 127).

No início do século XIX, enquanto o território real mal começava a ser conhecido e mapeado, a “utopia do poderoso império” era fortemente assentada em um imaginário, que articulava solidamente “Norte, Sul, Nordeste e Sudeste” em torno de um ponto central, pleno de potencialidades futuras.

Entretanto, as identidades regionais, herdeiras da colonização, ainda eram poderosas e ameaçadoras. A insurreição pernambucana de 1817, por exemplo além de mostrar que o canto de sereia do poderoso império luso-brasileiro centrado no Rio de Janeiro não era capaz de seduzir o conjunto das elites regionais, deu origem a uma república com bandeira, hinos e leis próprias, sem quaisquer referência ao Brasil. Na fala dos revoltosos, o Brasil não era mais do que as “províncias deste vasto continente”, sem quaisquer unidade ou identidade.

Esta mesma duplicidade iria aparecer após a vitória da Revolução Liberal do Porto, em 1820, no contexto da reunião das Cortes de Lisboa, destinadas a traçar os novos rumos do império.



José Bonifácio de Andrada e Silva, integrante do grupo de reformistas ilustrados liderado por dom Rodrigo de Souza Coutinho, era em 1821 vice-presidente da junta provisória de São Paulo. O programa que escreveu para os deputados paulistas demonstra sua intenção de modernizar o conjunto do Estado Português, mas dedica particular atenção ao plano de integração do território luso-americano. Assim, propunha que a função de capital do império fosse revezada entre Lisboa e uma cidade “interior”, a ser edificada:

“Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil, para assento da corte ou da regência, que poderá ser na latitude pouco mais ou menos de 15°, em sítio sadio, ameno, fértil, e regado por um rio navegável. Deste modo, fica a corte ou o a regência livre de qualquer assalto e surpresa externa; e se chama para as províncias centrais o excesso de população vadia das cidades marítimas e mercantis. Desta corte central dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos do mar, para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão as ordens do governo e se favoreça por ela o comércio interno do vasto império do Brasil.” (SILVA, 2003).

Note-se que as relações entre a sede do poder e o conjunto do território são mais uma vez consideradas determinantes, ainda que ganhem novos contornos: muito longe dos argumentos mitológicos de Hipólito da Costa, José Bonifácio ressalta os vários significados estratégicos da cidade capital a ser erguida: a defesa, o incentivo a formação de novos núcleos interiorizados de povoamento, e, principalmente, a integração entre as províncias.

Mas a integração não está sequer no horizonte da maior parte dos deputados provinciais do Norte e Nordeste enviados às Cortes lisboetas: para eles, o importante era garantir a autonomia de “suas” regiões.

Sobre esse tema, consultar:

Márcia Regina Berbel, *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822)*, São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1999.

De qualquer maneira, o desenvolvimento dos trabalhos mostrou que não havia como conciliar a diversidade de interesses e projetos – que se delineavam tanto em Portugal quanto nas províncias luso-americanas – em torno da construção do “poderoso império luso-brasileiro”. O resultado, como se sabe, foi o rompimento.

2.3 – O Império Brasileiro: escravismo e fundos territoriais

A partir da Independência, mais do que nunca, estava em jogo a transformação do agregado colonial em um único corpo político, o império brasileiro. O próprio dom Pedro trata de estabelecer os novos limites do império – Do Amazonas ao Prata – e de afirmar a importância da unidade e integridade do território como fundamento constituinte da nação e da identidade brasileiras.

Que nos resta pois, brasileiros? Resta-nos unir-nos em interesse, em amor, em esperanças, fazer entrar a augusta Assembléia do Brasil no exercício de suas funções para que, meneando o leme da razão e da prudência, haja de evitar os escolhos que nos mares das revoluções apresentaram desgraçadamente França, Espanha e o mesmo Portugal. [...] Não se ouça pois outro grito que não seja – união. Do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco que não seja – independência. Formem todas as províncias o feixe misterioso que nenhuma força pode quebrar (LYRA, 1994, p. 146)

No “país real”, porém, não era nem poderia ter sido em nome de vínculos nacionais, que ainda não existiam, e muito menos da “liberdade brasílica”, que se formaria entre as elites provinciais – os “brasileiros” do discurso do príncipe – “o feixe misterioso, que nenhuma força pode quebrar”. Ao contrário. O império se manteria unido exatamente em nome da falta de liberdade de grande parte de seus habitantes: os escravos.

O escravismo foi a solda que uniu as oligarquias regionais brasileiras. O interesse compartilhado na manutenção do trabalho cativo e do tráfico negreiro era ameaçado pela campanha internacional britânica contra o comércio de escravos. O Estado imperial centralizado funcionou como instrumento diplomático para enfrentar as pressões britânicas, conseguindo sustentar o tráfico até 1850 e a escravidão até 1888. Para a minoria branca de proprietários, a acomodação das divergências em torno da figura do imperador nasce como expressão de um pacto social fundamentado na e pela exclusão.

A Assembléia Constituinte de 1823 representou a primeira tentativa de organização do arcabouço institucional do império recém criado. Em que pese a diversidade de seus projetos

e perspectivas, pode-se dizer que as elites regionais se uniam na busca do equilíbrio entre um poder centralizado - que cuidasse da ordem social interna - e uma ampla autonomia provincial - necessária para a manutenção de suas prerrogativas no plano da economia e da política. A maior parte das províncias - com exceção de Maranhão, Pará e Rio Negro e da recém incorporada Cisplatina - enviou seus representantes para os trabalhos parlamentares.

Mas um equilíbrio nestes termos não interessava a dom Pedro. Ainda em 1823 a Constituinte foi dissolvida e, no ano seguinte, seria outorgada pelo imperador a Carta destinada a reger os destinos do império. Nela, a proposta de centralização se materializa em pontos fundamentais: além de instituir o **poder moderador**, a vitaliciedade do senado e o veto imperial, a Carta de 1824 previa que as províncias seriam administradas por um presidente, escolhido pelo governo central, e por um conselho eleito na própria província, mas destituído de qualquer autonomia efetiva.

A partir de então, o Estado centralizado toma para si a tarefa de direcionar a marcha de apropriação dos imensos fundos territoriais disponíveis, por meio da abertura de novas rotas, da fundação de núcleos de povoamentos e de garantia de defesa das áreas em disputa. Assim como o escravismo, também a soberania sobre o território funcionava como elemento de legitimação do Estado Imperial.

Poder Moderador:

De acordo com o artigo 98 da constituição de 1824:

“O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador (...) para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais poderes políticos (...) dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado.”

Esse arranjo institucional não evitou contestações do poder central que, algumas vezes, geraram revoltas separatistas. A Confederação do Equador, liderada pela elite pernambucana em 1824 foi um movimento liberal e republicano que eclodiu durante o processo de implantação da monarquia. Depois, no período regencial (1831-1840), o enfraquecimento do poder central abriu espaço para revoltas populares claramente separatistas. A repressão sangrenta à Cabanagem (1835-40), que proclamou a independência do Pará, deixou 30 mil mortos. Na Bahia, a Sabinada (1837-38) também declarou a independência.

Porém, o mais duradouro movimento separatista foi conduzido por uma oligarquia regional marginalizada das estruturas de poder do Império. A Farroupilha eclodiu no Rio Grande do Sul em 1835 e chegou a formar a república de Piratini e, em Santa Catarina, a república Juliana. Tendo por foco as áreas de fronteiras meridionais, entrelaçou-se com os conflitos entre oligarquias platinas que sacudiam o Uruguai e a Argentina. O fim dos conflitos ocorreu em 1845, graças a um acordo entre o poder central e a elite gaúcha.

Entretanto, a construção da unidade exigiu mais que a repressão ao separatismo. Desde o início, a elite imperial dedicou-se à obra de produção de uma simbologia que fundamentasse a unidade brasileira. Grande parte dessa tarefa coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), organizado em 1838 e presidido desde 1849 por D. Pedro. Foram os historiadores reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que produziram uma narrativa da história colonial, capaz de conferir organicidade e sentido ao passado nacional. Essa narrativa nacional é relativamente pobre em figuras heróicas, e se apoia fundamentalmente na grandeza do próprio território, desde o início eleito como um dos símbolos da unidade histórica e política do país. A formação da consciência nacional também esteve no horizonte da literatura romântica brasileira, mesmo em se tratando de um país de analfabetos. Aliás, é na constituição da nacionalidade no período do império que o romantismo brasileiro exerce sua maior influência. Assim como o projeto de construção do Estado, o projeto de nação encabeçado pelas elites brasileiras foi também pautado pela idéia de exclusão, o que deve soar no mínimo estranho para teóricos europeus acostumados a pensar a ideia de nação como o “plebiscito diário” de um povo.

Plebiscito Diário:

O pensador francês Ernest Renan, por exemplo, identifica a nação com uma “consciência moral” capaz de agregar um grande número de homens a partir de ideais e símbolos comuns. A lealdade é ao mesmo tempo fim e meio da reunião de homens e ideias que forma uma nação.

Ver: Ernst Renan, “Qu’est-ce qu’une nation?” in John Hutchinson & Anthony Smith (orgs.), *Nationalism*, Oxford, OUP, 1994.

Ficha da Disciplina:

Geografia do Brasil: formação territorial e padrões espaciais



Autora: Regina Celia Correa de Araujo



Ementa:

.....

A função da Geografia enquanto ciência é a de contribuir na compreensão do mundo contemporâneo, por meio de uma visão que parte do espaço geográfico. Nessa disciplina, o cursista será desafiado a aplicar o corpo de conceitos da geografia na análise do processo de formação territorial do Brasil, bem como a identificar as repercussões desse processo nas dinâmicas sociais e nos padrões espaciais do Brasil contemporâneo.



Palavras chaves:

América Portuguesa, fundos territoriais, identidade nacional, região, regionalização, domínios morfoclimáticos.

Estrutura da Disciplina

Geografia do Brasil: formação territorial e padrões espaciais	Tema 1 – A América Portuguesa e o Brasil	1.1. Portugal e os “fundos territoriais”
		1.2. A expansão marítima
		1.3. Organização política e administrativa das terras “do outro lado”
	Tema 2 – O Império e a Construção da Unidade	2.1. A Ideologia do Brasil-Colônia
		2.2. O território no Império Luso-Americano
		2.3. O Império Brasileiro: escravismo e fundos territoriais
	Tema 3 – A República Federativa do Brasil: fronteiras e limites	3.1. A gênese das fronteiras brasileiras
		3.2. A faixa de fronteira: isolamento ou integração?
		3.3. Poder central e autonomia estadual
	Tema 4 – Região e Regionalização	4.1. As regiões do IBGE
		4.2. Os Complexos Regionais
		4.3. A difusão do meio técnico científico e regionalização
	Tema 5 – A Natureza na formação territorial do Brasil	5.1. Os Domínios Morfoclimáticos
		5.2. Os domínios florestados
		5.3. Os domínios das formações herbáceas e arbustivas

Pró-Reitora de Pós-graduação

Marilza Vieira Cunha Rudge

Equipe Coordenadora

Cláudio José de França e Silva

Rogério Luiz Buccelli

Ana Maria da Costa Santos

Coordenadores dos Cursos

Arte: Rejane Galvão Coutinho (IA/Unesp)

Filosofia: Lúcio Lourenço Prado (FFC/Marília)

Geografia: Raul Borges Guimarães (FCT/Presidente Prudente)

Inglês: Mariangela Braga Norte (FFC/Marília)

Química: Olga Maria Mascarenhas de Faria Oliveira (IQ Araraquara)

Equipe Técnica - Sistema de Controle Acadêmico

Ari Araldo Xavier de Camargo

Valentim Aparecido Paris

Rosemar Rosa de Carvalho Brena

Secretaria

Márcio Antônio Teixeira de Carvalho

NEaD – Núcleo de Educação a Distância

(equipe Redefor)

Klaus Schlünzen Junior

Coordenador Geral

Tecnologia e Infraestrutura

Pierre Archag Iskenderian

Coordenador de Grupo

André Luís Rodrigues Ferreira

Marcos Roberto Greiner

Pedro Cássio Bissetti

Rodolfo Mac Kay Martinez Parente

Produção, veiculação e Gestão de material

Elisandra André Maranhe

João Castro Barbosa de Souza

Lia Tiemi Hiratomi

Liliam Lungarezi de Oliveira

Marcos Leonel de Souza

Pamela Gouveia

Rafael Canoletti

Valter Rodrigues da Silva